

**POLÍTICA EDUCACIONAL EM CICLO NA DÉCADA DE 1980 NO RECIFE:  
NOTAS SOBRE A ORIGEM DE UMA NOVA CONSTITUIÇÃO ESCOLAR**

**Erika Caroline de Oliveira Cavalcanti**

Universidade Federal de Pernambuco

erikacaroli@hotmail.com

**Resumo:** Esta pesquisa visou compreender a origem da política educacional em Ciclo no Recife em sua primeira constituição escolar no ano de 1986. Para este estudo de caráter documental foi utilizada, diante da natureza dos dados, a técnica de pesquisa por documentação segundo Bardin (2010) e Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), também para a análise documental e de conteúdo. Como resultados, compreendemos a partir dos objetivos e significado dessa constituição escolar, a educação como democratização da escola pública resultante de uma necessidade educacional e influência política do período buscando alargar o espaço de atuação política para a comunidade escolar municipal do Recife em 1986.

**Palavras-chave:** Política educacional; Ciclo; Constituição escolar.

## **1 INTRODUÇÃO**

Este estudo de caráter documental que parte de uma pesquisa maior, de dissertação da presente autora, visa compreender a origem da política educacional em Ciclo no Recife em sua primeira constituição escolar no ano de 1986. Para tanto buscamos conhecer a conjuntura em que a rede municipal do Recife estava inserida na década de 1980; bem como analisar os objetivos da política educacional em Ciclo no Recife (1986) e identificar seu significado.

Como método de investigação diante da natureza dos dados utilizados, desenvolvemos a técnica de pesquisa por documentação, cujo procedimento envolveu um levantamento, identificação, exploração e sistematização das informações compondo um quadro de análise pelo qual apreendemos segmentos específicos do texto em questão, em frequência e contexto; o que nos permitiu uma divisão do material investigado por similaridades de sentido das informações formando categorias temáticas para o estudo das mensagens por inferência, correspondendo assim, a análise documental e de conteúdo. (BARDIN, 2010; SÁ-SILVA, ALMEIDA E GUINDANI, 2009).

Nesta investigação em que utilizamos um total de sete (7) documentos do Acervo e Memória do Centro de Formação de Educadores Professor Paulo Freire da Prefeitura Municipal do Recife, adquiridos em janeiro de 2012, buscamos contribuir com estudos enquanto construção histórica de nossas políticas educacionais.

Desse modo explanaremos a seguir uma discussão sobre nosso objeto “Ciclo”, e em seguida sobre os resultados em articulação aos nossos objetivos de pesquisa.

## **2 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR EM CICLO**

No Brasil, a educação escolar veio a ganhar um caráter de centralidade no estágio inicial da República quando ocorreu a instituição de um modelo único educacional a partir da adoção do Sistema Seriado de ensino, consolidado no início da década de 1890 enquanto tentativa de modernizar a educação de acordo com os padrões internacionais para acompanhar a sociedade em desenvolvimento daquele período.

A educação passou a ser organizada e difundida sob responsabilidade do Estado que partindo de uma influência européia buscava fazer da escola uma instituição pública, obrigatória e padronizada, articulada em redes de ensino, com ênfase na ordem e na eficiência, cuja ideia concretizada durante sua constituição como sistema era a de democratização social e direito do povo para alcançar um estágio de modernização. (SARMENTO, 2009).

Daí surgia um sistema de ensino respaldado na seriação dos anos escolares que em sua experiência ao longo do século XX desencadeou uma série de discussões a respeito da efetivação da educação escolar, e de diferentes medidas organizacionais até a emergência do que veio a ser o sistema de Ciclos no Brasil. Isto porque os índices alcançados com o Sistema Seriado de ensino defendido pelas autoridades educacionais como o mais apropriado para atingir a população de massa de uma maneira mais padronizada, homogênea e uniforme apresentavam altas taxas de reprovação e evasão.

Com as transformações econômicas, sociais e políticas do país no início do século XX, a educação escolar foi comprometida por não conseguir atender ao grande contingente de alunos que não encontrava vagas, o que gerou medidas como a promoção automática que liberaria inclusive o fluxo de alunos repetentes nas escolas.

Não há evidências de que nas décadas de 1930 e 1940 as discussões sobre a eliminação da reprovação nas séries iniciais tenham acontecido. Mas foi precisamente a partir

da década de 1950 que as discussões acerca dos problemas na educação foram retomadas partindo do princípio da “promoção automática”. (MAINARDES, 2007).

Segundo os dados do PNE apresentados por Souza (2008) mostrando que dos matriculados nesse período apenas 18% chegavam a concluir o primário, ou seja, chegavam a 4ª série, e que dois terços desses alunos não conseguiam ao menos passar das duas séries iniciais é possível inferir que esses foram motivos pelos quais as discussões sobre promoção automática voltaram de maneira intensa na conjuntura nacional.

Em decorrência dessas discussões, segundo Mainardes (2009), ocorreram as primeiras experiências de políticas de não reprovação entre 1958 e 1984, deixando o termo “promoção automática” que estava em foco nas discussões anteriores e que foi rejeitado por muitos professores por não concordarem com essa proposta. Neste momento outras designações foram utilizadas como “avanços progressivos”, “organização em níveis” e “promoção por rendimento efetivo”.

Essas experiências, no entanto, “[...] foram relevantes para subsidiar os campos oficial e pedagógico na implementação de políticas de não reprovação que constituíram uma das principais inovações da educação brasileira nos anos 1980” (MAINARDES, 2007, p. 66, 67) e que veio a ser *o surgimento da escola em ciclos no Brasil*, inseridos em um contexto de ruptura com as décadas anteriores marcadas pelo período militar (1964-1985) em busca de renovação com a redemocratização no país.

Desse modo, o agrupamento de anos escolares denominado “ciclo” passou a ser utilizado de modo mais recorrente no ano de 1984, na rede estadual paulista, com a implantação do Ciclo Básico de Alfabetização, cujo objetivo era estabelecer uma nova organização para as séries iniciais substituindo os dois primeiros anos escolares por um ciclo de alfabetização que abolia a retenção do primeiro ano para o segundo, o que o tornou referência para expansão do Ciclo no Brasil.

Na rede municipal de ensino do Recife, o Ciclo, denominado Ciclo de Alfabetização foi instituído no ano de 1986 após a vitória eleitoral da “Frente Popular do Recife” (grupo político de centro-esquerda) que gerou uma grande discussão acerca da educação. Na época a Secretaria de Educação estava organizada em duas redes em decorrência de sua instituição recente datada do período militar, sendo uma a própria Secretaria e outra a Fundação Guararapes que havia sucedido o Movimento de Cultura Popular, cuja responsabilidade estava em administrar 174 escolas do ensino primário com um perfil mais pedagógico em relação à Secretaria, responsável por 2 escolas de ensino secundário (BRAYNER, 1995).

Vale ressaltar que a educação municipal de Pernambuco, embora estivesse em meio a esforços para sua ampliação e melhoria neste período da década de 1980, foi caracterizada pela precariedade como afirma Nascimento (1995), na qual a forma física da rede escolar reunindo de 1ª a 4ª séries era constituída por escolas “unidocentes” por causa de espaços inadequados, sendo daí utilizada a casa das próprias professoras. Os estabelecimentos de ensino municipal, segundo a autora, representavam 75% dentre todas as unidades de Pernambuco atendendo, no entanto, a apenas 40% dos alunos matriculados neste Estado.

Em meio a essas condições, segundo a referida autora, o Ciclo foi prioridade em 1986, inclusive para as séries iniciais do 1º grau da rede municipal de ensino do Recife, a ser cumprido em um processo de dois anos; cujo percentual chegava a 50% dos alunos da rede nesse período, com menos de 10% que conseguiam concluí-las de acordo com Edla Soares, secretária de educação da época, citada por Nascimento (1995).

Assim buscamos neste estudo compreender a origem da política educacional em Ciclo no Recife em sua primeira constituição escolar no ano de 1986 visando desse modo, elucidar a conjuntura em que a rede municipal do Recife estava inserida na década de 1980, bem como os objetivos e o significado dessa política educacional para o ano de 1986, como apresentados a seguir.

### **3 RESULTADOS EM DISCUSSÃO: A POLÍTICA EDUCACIONAL PARA A ESCOLA MUNICIPAL DO RECIFE EM 1986**

Compreender uma nova política educacional em sua constituição abrange dentre outras questões, conhecer seus objetivos e o significado a ela atribuído a partir da conjuntura em que esteja inserida, o qual podemos visualizar nas seguintes categorias, compostas por sete (7) documentos.

#### **3.1 PLANO POLÍTICO-EDUCACIONAL NACIONAL E A CONSTITUIÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL EM CICLO DO RECIFE (1986)**

A elaboração da política educacional em Ciclo em nível de rede, no sentido estrutural de idealização, aponta em primeiro lugar que o Ciclo surgiu como medida de intervenção em resposta às necessidades sociais e à crise educacional vigente, considerando desde os métodos e técnicas de ensino às relações entre os sujeitos envolvidos.

Esta medida de intervenção teve como base o Plano político-educacional nacional, visto que em agosto de 1985, o Ministério da Educação lançou em um documento intitulado “EDUCAÇÃO PARA TODOS: caminho para mudança”, como compromisso maior da Nova República, assim chamada a nova situação política do Brasil após o regime militar (1964-1985), a democracia e a responsabilidade social enquanto componente crítico da problemática brasileira, em especial com a educação pela sua relevância na formação das novas gerações, como se segue:

O compromisso maior da Nova República, em resposta aos anseios nacionais, é a construção da democracia e a promoção do desenvolvimento com justiça. Essa tarefa exige, prioritariamente, resgatar a enorme dívida social que vem alcançando inquietantes proporções e reclamando uma pronta e decisiva ação por parte do Estado e da sociedade. A educação deverá ser então efetivada como uma ação eminentemente democrática, tratada dentro de uma perspectiva ampla e global requerida pela sociedade. A educação básica, direito de todos os cidadãos e de plena responsabilidade da sociedade brasileira, deverá alcançar sua universalização com a participação ativa de todos os seus segmentos. **(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Brasília, agosto de 1985. Documento intitulado “EDUCAÇÃO PARA TODOS: caminho para mudança”, p. 3).**

Neste documento foi enfatizado, além das dificuldades e desafios para a educação básica, o tipo de mobilização necessária para o desenvolvimento do sistema educacional visando a superação dos problemas que se apresentavam no país, no que concerne a: *falta de uma consciência nacional sobre a importância político-social da educação* “[...] pelo perfil educacional insatisfatório diante do nível de desenvolvimento econômico que alcançou e de suas próprias expectativas de justiça e equidade social no compartilhamento dos frutos do progresso”; *baixa produtividade do ensino* por restrições de acesso à escola, repetência, evasão, adoção de programas em conflito com a realidade dos alunos, impropriedades dos currículos, falta de integração entre conteúdos dentre outros; *aviltamento da carreira do magistério* pela retribuição inferior ao salário mínimo, pelo deficiente preparo para o magistério, ausência de critérios democráticos no recrutamento e seleção docente, falta de segurança referente a ascensão funcional, de identificação e compromisso com os resultados de trabalho; *inexistência de um adequado fluxo de recursos financeiros para a educação básica* em “[...] descumprimento das obrigações do setor público para com a educação do povo, em termos de destinação dos recursos financeiros”; *insuficiência e má distribuição espacial de vagas nas escolas*, visto que existia 3 milhões de crianças entre 7 e 14 anos de idade fora do sistema regular de ensino, além de desigual distribuição do sistema educacional entre zona rural e urbana, entre regiões, também em relação a horas/aula diárias, mau emprego de recursos escassos, etc. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Brasília, agosto de

1985. Documento intitulado “EDUCAÇÃO PARA TODOS: caminho para mudança”, p. 5, 6, 7).

Desse modo, o referido documento aponta como proposta de educação básica a universalização do acesso à escola, enfrentamento do analfabetismo, e crescente nível de qualidade no atendimento educativo mediante uma mobilização social que se estendesse desde os processos de planejamento às avaliações das ações educativas, em um pacto entre o Estado e a sociedade que possibilitasse discussões e revisões permanentes. A articulação entre Governo e a sociedade estabelecendo novos padrões de relacionamento foi assim explicitada:

[...] fortalecimento da Federação, repartição de compromissos e responsabilidades entre Governo e sociedade, descentralização administrativa, desconcentração de poder, exercício pleno das regras de convivência democrática e de solidariedade no trato da coisa pública.

Isso significa agilizar a máquina administrativa, fortalecê-las em competência, conceder-lhe recursos necessários ao exercício de seu poder, exatamente na instância em que se encontrar.

Significa corrigir a legislação casuística e imediatista, liberando as administrações locais para conformar suas decisões às próprias realidades e necessidades.

Significa, também, capacitar o sistema educativo a forjar, nos cenários em que o processo se desenvolve, suas próprias soluções.

É imperioso salientar que o êxito do programa, no que concerne às ações afetas ao setor público, fica na dependência da adesão dos governos estaduais e municipais, aos quais, de resto, compete executar o programa a partir de financiamentos federais.

No que diz respeito aos projetos federais de educação básica, deve-se proceder a uma revisão programática, promovendo-se uma convergência de objetivos com a proposta de educação básica e, a curto prazo, com o programa de ação imediata.

Desse modo, os projetos assumirão características específicas, de conformidade com a população e região beneficiárias, conquanto guardem convergência com os objetivos gerais do plano.

Mecanismo fundamental para operacionalização do plano de educação básica será a constituição de comissões municipais [...] integradas por [...] segmentos da sociedade mais diretamente comprometidos com a questão educacional [...] Às comissões municipais será cometida a tarefa de subsidiar permanentemente as instituições educacionais no atinente ao mapeamento das necessidades relativas à universalização da educação básica e ao planejamento e avaliação das medidas voltadas para evitar-se a evasão escolar, afora serem o canal de informação entre a comunidade, a escola, os professores e os alunos, no que diz respeito às metas e aos recursos relacionados com a educação básica do município. **(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Brasília, agosto de 1985. Extraído do documento intitulado “EDUCAÇÃO PARA TODOS: caminho para mudança”, p. 10, 11).**

A educação escolar deveria, portanto, ser efetivada como uma ação eminentemente democrática, direito de todos os cidadãos que via também para jovens e adultos a possibilidade do domínio da língua nacional, da matemática, dos códigos sociais e de outras informações ao posicionamento crítico dos indivíduos diante de sua realidade.

Com esses direcionamentos e diante dos projetos federais terem a possibilidade de assumir características específicas nas diferentes realidades de cada região do país, realidades que deveriam convergir com os objetivos gerais do Plano Nacional; estavam postas as influências básicas para a emergência da política educacional em Ciclo nesse período que se propôs, na experiência do município do Recife, a resgatar a importância da cultura das camadas populares para a elaboração dos saberes, o que ganhou um caráter de inovação perante a mudança almejada.

Nesse período, o debate sobre a escola pública especificamente no município do Recife, retomava a realidade educacional brasileira e as condições de vida nas cidades com seus problemas urbanos inseridos no período de desenvolvimento do capitalismo no Brasil em uma configuração de mercado consumidor, força de trabalho para o processo de reprodução do capital e pelas carências rapidamente identificadas; tanto socialmente, relacionadas a condições de moradia, falta de saneamento básico, doenças; como no campo da educação pela defasagem entre a expansão e a demanda em relação a determinados níveis de ensino, cujo atendimento sofria “[...] os efeitos de uma distribuição da rede física, marcada de um lado, pelo clientelismo e do outro pelo nível de organização e poder de pressão da população” em meio à segregação geral e educacional. (Secretária de Educação Edla Soares. Recife, 12 de março de 1987. Extraído do documento “Escola municipal do Recife: um debate sobre as conquistas populares”, p. 2).

Estas segregações são apontadas pela secretária de Educação da rede naquele período, devido às assustadoras taxas de reprovação e evasão que marcaram contextos de desigualdade e excludência, o que possibilitou “[...] associada à percepção de que o Estado não assegura mais o bem-estar comum, a construção de um entendimento próprio de sua situação e de seus interesses que influenciou decididamente ‘a forma de resposta através de ações coletivas’”, em um sentimento de cidadania coletiva e participação popular. Ou seja, do ponto de vista da escola, isso significou a democratização das relações autoritárias consolidadas por duas décadas no período do regime militar entre escola e sociedade. (Secretária de Educação Edla Soares. Recife, 12 de março de 1987. Extraído do documento “Escola municipal do Recife: um debate sobre as conquistas populares”, p. 2).

O Ciclo, então, adotado na rede municipal de ensino do Recife como uma nova maneira de organização dos primeiros anos da educação básica surgiu naquele período de efervescência da década de 1980 como uma extensão do processo de democratização em voga, e foi afirmado pelo prefeito da cidade - Jarbas Vasconcelos - em 11 de abril de 1987, em um documento sem título, destinado aos professores, como parte de uma administração

que procurava “[...] observar, com muita seriedade, os compromissos publicamente assumidos [...]”; e ainda “[...] por isso, mesmo sem todas as condições necessárias, lançamos o CICLO DE ALFABETIZAÇÃO”. (p.1).

Segundo este pronunciamento, embora o Ciclo de Alfabetização não tenha sido lançado em devidas condições para seu funcionamento, a concepção de educação escolar em Ciclo para aquele período foi a essência para seu processo de implementação, visto a mudança almejada para o âmbito escolar. A esse respeito encontramos a explicação do termo “ciclo” em um documento datado de 1986, pelo Diretor Presidente da Fundação Guararapes, responsável pelas escolas primárias da rede, da seguinte maneira:

Estamos denominando a alfabetização de nossos alunos de CICLO porque concebemos como um processo que se realizará num contínuo de dois anos, sem a preocupação com a seriação. Como uma ação pedagógica, planejada, executada e avaliada, de forma integrada. Permanentemente corrigida. Daí a necessidade dos sábados com os professores. Sem isso, tudo será malbaratado. A alfabetização é, pois, compreendida como um conjunto de atividades, reflexão e treinamento que permita no final do segundo ano do ciclo o ingresso do aluno na terceira série do 1º grau. O processo deve-lhe garantir domínio de determinadas habilidades e um amadurecimento que lhe permita avançar no seu desenvolvimento intelectual adequadamente. Planejar-se-á uma terceira e quarta séries que lhe assegure este direito fundamental.

Desenvolvimento intelectual não é luxo burguês. É direito da Classe Trabalhadora. E mais, é condição para que ela cumpra seu papel histórico: agente criador de novas relações sociais. Só assim se pode garantir o advento de uma sociedade humana, portanto justa. **(Diretor Presidente da Fundação Guararapes, João Francisco de Souza. Recife, 11 de abril de 1986. Documento intitulado “Início do processo de democratização da escola”, p. 3, 4).**

A respeito dessa busca por uma nova sociedade em meio a seu contexto, encontramos no documento “As características sócio-econômicas do Recife e a clientela das escolas municipais”, de 1987, que toda a explosão demográfica ocorrida, encontrou “[...] o Poder Público Municipal desaparelhado - sobretudo levando-se em conta que este Poder tem sido quase sempre investido pelas classes dominantes - para atender os anseios da população mais carente [...]”. (p.5).

Por este motivo encontramos especificado o contexto político, administrativo, financeiro e social no documento intitulado “Situação Social e Política: o contexto da implantação do Ciclo de Alfabetização” de 1987, para a compreensão e justificativa da intervenção que se apresentava no âmbito educacional, visto que segundo este documento havia dificuldade de toda ordem para o prefeito eleito, Jarbas Vasconcelos, em 1985, eleito “[...] por uma congregação de forças políticas (esquerda, progressistas, setores



tradicionalmente ligados à luta democrática durante o período militar) e com forte respaldo popular [...]”. (p.1).

As dificuldades estendiam-se no *plano político* pela “[...] adversidade do governo estadual identificado com os setores conservadores do Estado [...]”; no *plano administrativo* por “[...] uma imensa máquina (20.000 funcionários) montada em função de uma prática política clientelista e travada em seus múltiplos meandros burocráticos [...]”; no *plano financeiro* por “[...] uma cidade endividada por projetos faraônicos de pouco vulto social e vítima de uma política tributária que concentra recursos a nível federal e cujos mecanismos e montantes de repasse para os municípios são absolutamente insuficientes [...]”, isso para atender às demandas sociais; e o *plano social* onde “[...] o Recife concentra (dados de 1985) os maiores índices de desemprego nacional e custo de vida, cujos reflexos podem ser vistos na criação de mercados de trabalho, sem nenhuma seguridade social, sub-emprego [...]”, acrescidos de “[...] alto índice de criminalidade, graves problemas sanitários de saúde pública em geral”. (Assessor da Área de Estudos Sociais do Ciclo de Alfabetização, Flávio Henrique Albert Brayner. Recife, 27 de julho de 1987. Documento intitulado “Situação Social e Política: o contexto da implantação do Ciclo de Alfabetização”, p. 1).

Quanto ao *plano educacional* deste período no Recife compondo o referido contexto, este “[...] notabilizou-se nacionalmente nos anos 50/60 pela criação de um amplo movimento popular que articulando intelectuais, artistas, estudantes, lideranças políticas que, calçados nas proposições pedagógicas de Paulo Freire, criaram o Movimento de Cultura Popular [...]”, movimento este que foi “[...] germe da criação da própria Rede de Ensino Municipal (até então inexistente). Com o movimento militar de 1964, o MCP foi extinto e criada a FUNDAÇÃO GUARARAPES” que em sua Diretoria de Serviços Educacionais juntamente com a Secretaria de Educação e Cultura da Cidade do Recife institucionalizou o Ciclo de Alfabetização em 1986 “[...] após uma campanha política caracterizada pela ampla consulta popular, e na qual a questão das possibilidades e da própria qualidade do ensino são colocadas reivindicativamente, pela população [...]”. (Assessor da Área de Estudos Sociais do Ciclo de Alfabetização, Flávio Henrique Albert Brayner. Recife, 27 de julho de 1987. Documento intitulado “Situação Social e Política: o contexto da implantação do Ciclo de Alfabetização”, p. 2).

A democratização de todo o contexto político-social de meados da década de 1980 incluía no que diz respeito à educação, a compreensão, interpretação, transformação do mundo, do meio social por parte das camadas populares mediante o processo educacional escolar “[...] sem explorados e sem exploradores. Uma sociedade humana”. (Diretor

Presidente da Fundação Guararapes, João Francisco de Souza. Recife, 11 de abril de 1986. Extraído do documento intitulado “Início do processo de democratização da escola”, p. 2).

Nesse sentido de luta por direitos e mudança, o Ciclo de Alfabetização espelhando os objetivos de seu contexto no Recife teve em sua estrutura mais fundamental uma concepção de projeto relativamente simples “[...] recebendo um manifesto apoio institucional, administrativo, técnico e, fundamentalmente, político [...]” (p. 2), como afirmado no seguinte documento:

Resgatar para as diversas áreas de conhecimento trabalhadas na alfabetização, situações, conflitos e dinâmicas operadas pelo contexto social da cidade e vividas cotidianamente pelos alunos da Rede, para retrabalhá-los criticamente no confronto coletivo de idéias, posições e opiniões dos diversos agentes envolvidos no processo (assessorias, instrutoras, diretoras, professoras, alunos, famílias, comunidade). Ao privilegiar a produção coletiva do material didático, com um forte acento na produção do aluno, e oferecendo ao lado disto, instrumentos conceituais, teóricos para as instrutoras e professoras do Ciclo, tem-se uma perspectiva: (a) a escola como lugar de confronto entre saberes; (b) a socialização da produção de conhecimento e sua articulação com a prática socialmente vivida; (c) a autonomia dos agentes envolvidos em sua prática político-pedagógica.

O Ciclo de Alfabetização tenta ser uma resposta política e pedagógica às demandas das camadas populares do Recife, permitido pelo próprio quadro da mobilização popular que o país recentemente experimentou e, ao mesmo tempo propondo o alargamento do espaço de atuação política das camadas subalternas de nossa sociedade, atuação política, essa que nunca abandona o seu conteúdo eminentemente pedagógico. (**Assessor da Área de Estudos Sociais do Ciclo de Alfabetização, Flávio Henrique Albert Brayner. Recife, 27 de julho de 1987. Documento intitulado “Situação Social e Política: o contexto da implantação do Ciclo de Alfabetização”, p. 2, 3).**

Em síntese, a política educacional idealizada para a rede municipal de ensino do Recife com o Ciclo de Alfabetização significou a *democratização da escola pública*, como podemos observar no sentido pedagógico dessa proposta a partir dos objetivos educacionais que respaldam seu significado e refletem a conjuntura em que estava inserida.

### 3.2 O CICLO COMO DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA NOS OBJETIVOS DA ALFABETIZAÇÃO

Com o plano de Educação Básica estipulado pelo Ministério da Educação em 1985 para mobilizar o desenvolvimento educacional no país, almejando alcançar uma escola de qualidade mediante a valorização não só do aluno, mas também do professor do antigo 1º grau em meio ao período de redemocratização ou Nova República como foi chamado, surgiu

o Ciclo de Alfabetização, em um contexto de ruptura com o momento anterior, marcado pelo período militar (1964-1985) em busca de renovação.

A experiência em Ciclo no Recife, caminho escolhido para o alcance desses objetivos, portanto, foi norteadada pela ideia de responsabilidade social e política visando uma educação que expressasse os interesses populares, como justifica o prefeito da cidade em um documento de 1987:

Essa proposta vem atender a uma das mais prioritárias demandas de nosso povo: melhorar a qualidade do ensino oferecido pela Escola Municipal e reduzir a grande frustração social decorrente do fracasso escolar na alfabetização. [...] A proposta que ora oficializamos não é só uma resposta; é também e principalmente, o exercício daquilo que chamamos de GESTÃO DEMOCRÁTICA. Todas as decisões, planos, propostas, correções serão ampla e exaustivamente discutidos em todas as instâncias: pais, alunos, professores, supervisores, coordenadores, orientadores educacionais, dirigentes e administradores municipais. **(Prefeito Jarbas Vasconcelos. Recife, 11 de abril de 1987. Extraído de um discurso sem título, p.1).**

Os conselhos escolares e administrativos são exemplos dessa política educacional em Ciclo que enquanto extensão do processo de democratização do país considerou outra concepção de educação, professor e aluno em meio ao exercício de gestão democrática.

Os citados objetivos para a educação escolar relacionados à realidade política e social em vigor, também são retratados no documento intitulado “Início do processo de democratização da escola” de 1986, quanto à dinâmica do processo de ensino e aprendizagem almejada para o desenvolvimento das potencialidades do aluno, como se segue:

Nossa tarefa se impõe a aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo para que a criança da classe popular possa se apropriar dos conhecimentos produzidos pelos cientistas e confrontá-los com a experiência histórica da classe trabalhadora. Nesse confronto, novos conhecimentos serão produzidos. Estes cimentos são os conhecimentos necessários ao processo de transformação das relações sociais que criam a desigualdade econômica, o sofrimento social e político em nossa sociedade. Busca-se um conhecimento que seja um instrumento a mais na luta pela transformação das atuais relações sociais e construção de relações sociais humanas. Por isso, justas. É a mudança. Mudança já. Sem mudança da escola a criação de novos conhecimentos não é mudança. É ludibriar o povo.

No processo de alfabetização a criança será iniciada na compreensão/interpretação/transformação do mundo natural e social enquanto vai adquirido o domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Não se trata, pois, de duas coisas. Uma implica na outra. Têm que se realizar simultaneamente.

A alfabetização não se reduzirá aos rudimentos do ler e escrever. Falando de modo que possa ficar mais claro, ele incluirá língua portuguesa, artes, educação física, ciências e programas de saúde, matemática e estudos sociais. Estes diversos aspectos do conhecimento humano serão trabalhados integrada e criticamente na perspectiva dos interesses populares. A criança será iniciada na interpretação de sua realidade de forma ativa, integrada a crítica. Será introduzida num processo de descoberta de seu papel transformador dessa realidade e de construtor de uma nova realidade. Irá aprendendo a se tornar agente da história. Fazendo-se CIDADÃO. Ser cidadão é ser produtivo, consumidor, brincante, transformador da realidade

natural/social, político. Capaz de decidir e de lutar pelo bem comum. Numa palavra, fazedor e consumidor de cultura. **(Diretor Presidente da Fundação Guararapes, João Francisco de Souza. Recife, 11 de abril de 1986. Documento intitulado “Início do processo de democratização da escola”, p. 2, 3).**

Desse modo, em que se discutia o saber escolar na perspectiva dos interesses populares visando para o aluno a construção de uma cidadania para transformação de sua realidade social, foi registrado o material disponível para as crianças e para os educadores no Ciclo de Alfabetização em um documento de 1987, da assessoria da área de Língua Portuguesa. Neste documento intitulado “Material disponível para as crianças e para os educadores” é especificada a seguinte finalidade desses materiais:

[...] servir como suporte às atividades de Leitura e Produção de textos, bem como às de reflexão sobre a língua materna (aí incluindo-se reflexão metalinguística e aprendizagem das convenções som-grafia) [...]. Tem-se enfatizado uma variada circulação de materiais com o propósito de ajudar os alunos na descoberta e exploração dos diversos usos sociais, finalidades e estilos da língua escrita. Optou-se pelo emprego da cartilha, apesar de inúmeras limitações nela identificadas, pelo fato de ser encarada, pelas professoras, como apoio ao seu trabalho pedagógico; e pelos alunos e seus familiares como elemento legitimador da alfabetização, vindo inclusive a constituir-se, para muitas crianças, num de seus raros livros. **(Assessora do Ciclo de Alfabetização na área de Língua Portuguesa, Noêmia de Carvalho Lima. Recife, 28 de julho de 1987. Documento intitulado “Material disponível para as crianças e para os educadores”, p. 1).**

Entre estes materiais para o trabalho no Ciclo de Alfabetização além da cartilha, segundo o referido documento, encontravam-se livros didáticos de Língua Portuguesa, Estudos Sociais, Ciências e Matemática, Textos de Estudos Sociais e Ciências, livros de literatura infantil, cartazes, revistas, jornais, embalagens e diversos materiais escritos existentes na comunidade. “[...] Como parte do material de uso dos alunos também encontram-se jogos, conjunto de figuras, sílabas e letras, que servem de suporte às atividades de reflexão sobre a palavra e brincadeiras de produção e leitura de palavras” (p.1).

Com a organização de materiais para o trabalho didático nas escolas, materiais esses voltados às referências sócio-políticas do período foi elaborado um currículo contextualizado, com uma filosofia educacional própria para a rede municipal de ensino do Recife, partindo dos objetivos de cada disciplina. Isso porque de acordo com os referidos documentos, o discurso por uma nova organização escolar que superasse o crítico percentual de concluintes das séries iniciais do antigo 1º grau da rede (menos de 10% dos alunos), solicitava à sociedade recifense a efetivação de ações e reflexões para a educação visando romper com o que foi chamado de “frustração da classe popular na busca do conhecimento escolar”, pelo prefeito do Recife no já citado documento destinado aos professores em 1987.

Segundo este documento datado de 11 de abril de 1987, do então prefeito Jarbas Vasconcelos, a educação estava sendo posta como um compromisso da administração pública, cujo objetivo enunciado pelo prefeito afirmava, em busca de uma ampliação da execução do Ciclo um ano depois, o que segue:

Não é necessário ser educador – basta ter um mínimo de sensibilidade – para perceber o constrangimento e o sofrimento humanos decorrentes do desconhecimento do mundo da leitura e da escrita numa sociedade letrada. No entanto, é fundamental não reduzirmos o processo de alfabetização ao mero exercício mecânico do LER e ESCREVER. A nossa preocupação mais relevante é fazer da educação um processo que contribua para a construção da cidadania popular. Neste processo, o educando – criança da classe popular – deverá ter acesso ao mundo letrado para tornar-se capaz de compreender criticamente seu espaço social e constituir-se sujeito de seu próprio destino. **(Prefeito Jarbas Vasconcelos. Recife, 11 de abril de 1987. Extraído de um discurso sem título, p.1).**

Desse modo, a proposta do Ciclo de Alfabetização caracterizou-se em seu discurso como uma alternativa inclusiva e inovadora em questionamento ao caráter excludente e seletivo da organização escolar anterior, ao propor uma base democrática a partir de sua organização como explicitado pelo prefeito no citado trecho de 1987.

A secretária municipal de educação Edla Soares retrata um pouco dessa organização escolar democrática em um documento intitulado “Escola municipal do Recife: um debate sobre as conquistas populares”, de 12 de março de 1987, quando afirma que o momento vigente no que diz respeito à escola que oferecia o ensino regular era de “[...] democratização das relações autoritárias consolidadas nos últimos 20 anos entre os componentes da referida escola e entre esta e os segmentos que recebem os serviços educacionais”, cujas medidas correspondiam: a organização de Conselhos Escolares para gerir democraticamente a escola distribuindo a responsabilidade da educação escolar com as pessoas da comunidade, como um fórum de debates para tomada de decisões; a formação de um conselho de Dirigentes das Escolas para debates e análises de problemas encontrados no trabalho educativo e estabelecer um contato de permanência com o Conselho Administrativo responsável pelas escolas; e a ampliação das oportunidades de acesso com a construção de 110 salas de aula e a realização de convênios para o aumento do número de vagas. (p. 3,4).

Segundo a secretária, a questão da melhoria na qualidade do ensino diante do problema grave de apenas um percentual inferior a 10% de alunos conseguirem concluir as séries iniciais, referia-se enquanto prioridade à proposta do Ciclo: “[...] um ciclo de alfabetização de dois anos em que a alfabetização não se restringe ao ato mecânico de ler e escrever, mas envolve uma compreensão do mundo e de suas relações, caracterizando-se,

fundamentalmente, como um ato político” (Secretária de Educação Edla Soares. Recife, 12 de março de 1987. Extraído do documento “Escola municipal do Recife: um debate sobre as conquistas populares”, p.4).

A nova organização de ensino com a emergência em Ciclo em 1986, ao ser considerada como um ato político visando a conquista da cidadania popular teve no currículo a expectativa de alcançar esses propósitos respaldados na concepção de educação para os anos iniciais.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A política educacional idealizada com o Ciclo de Alfabetização para 1986 no Recife, a partir da conjuntura em que a rede municipal desta cidade estava inserida na década de 1980, apresenta a partir de seus objetivos e significado, a educação como democratização da escola pública idealizada em uma ação pedagógica integrada quanto ao planejamento, execução e avaliação; como um rompimento com a prática escolar anterior visando garantir o desenvolvimento intelectual do aluno que não fosse restrito ao ato mecânico de ler e escrever, mas em um amadurecimento e domínio de habilidades que envolvessem uma compreensão de mundo e de suas relações caracterizando-se como um ato político.

O Ciclo de Alfabetização do Recife, portanto, foi uma medida de intervenção diante de uma necessidade educacional e influência política, incorporada como sinônimo de avanço e êxito baseada em uma gestão democrática, apontando outro sentido para a constituição escolar a partir do processo de ensino e aprendizagem para os anos iniciais que se estenderam ao papel do professor e do aluno.

Em síntese, a partir da documentação apresentada sobre a política educacional em Ciclo compreendemos que sua constituição almejava o desenvolvimento das potencialidades do aluno a partir da alfabetização, iniciando-o simultaneamente no saber escolar de maneira integrada, crítica e ativa sob a perspectiva dos interesses populares na compreensão, interpretação e transformação do mundo natural e social em um processo de descoberta de seu papel como agente transformador e construtor de uma nova realidade, fazendo-se cidadão.

A origem da política educacional em Ciclo, desse modo, foi uma resposta tanto pedagógica quanto política para a comunidade escolar municipal da cidade do Recife em 1986, buscando ao mesmo tempo alargar para essa comunidade, um espaço de atuação política.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 5 ed. EDIÇÕES 70, 2010.

BRAYNER, F. **Ensaio de Crítica Pedagógica**. Campinas: Autores Associados, 1995.

MAINARDES, Jefferson. **Reinterpretando os ciclos de aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

MAINARDES, Jefferson. **A Escola em Ciclos: fundamentos e debates**. São Paulo: Cortez, 2009.

NASCIMENTO, E. A. **Governo Jarbas (1986-1988) O Ciclo de Alfabetização e o Conformismo Científico-Tecnológico das Massas**. Dissertação de Mestrado. Recife, UFPE, 1995.

SARMENTO, Diva C. Criação dos Sistemas Municipais de Ensino. In: YAZBECK, Dalva C. de Menezes & SARMENTO, Diva C. (Orgs.) **Escola e Sistemas de Ensino: memória, gestão e saberes**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I - Julho de 2009. ISSN: 2175-3423.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008.